



Mudança do destino das exportações brasileiras de produtos agropecuários e agroindustriais no século XXI

Changing destination of Brazilian exports of agricultural and agro-industrial products in the 21st century

Autor(es): Sávio Mendonça de Sene¹, Pedro Rodrigues Oliveira², Luzia Aparecida Antunes³, Willian Fabricio Arboleya Lopes⁴

Filiação: Pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo^{1,2,3,4}

E-mail: saviovo@hotmail.com¹; pedro.r.oliveira@usp.br²; luziantunes@usp.br³; arbbo41@gmail.com⁴

GT01- Mercados Agrícolas e Comércio Exterior

Resumo

Considerando que o comércio internacional é importante ferramenta para provisão e diversificação de mercadorias, e aquecimento da economia dos países envolvidos, este trabalho objetivou compreender e acompanhar o comportamento das exportações de produtos agropecuários e agroindustriais brasileiros no século XXI, especialmente aquelas sentindo União Europeia (UE). Para isso, foram utilizados dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), referentes às exportações brasileiras para seus principais parceiros comerciais, e a partir daí foi empregado o método de *shift-share*. Os resultados mostraram que, entre no período entre 2000 e 2020, a União Europeia perdeu participação nas exportações brasileiras, enquanto a Ásia foi o parceiro comercial que absorveu grande parte dessas exportações. Os padrões de sustentabilidade (ou a ausência deles) atrelados ao processo produtivo dos produtos brasileiros exportados, a perda do mercado brasileiro para o mercado chinês (referente às compras da UE), e a transformação estrutural da China (que demandou aumento da importação de produtos agropecuários) são fatores que podem estar relacionados a este resultado encontrado.

Palavras-chave: Comércio internacional. Exportações. Agronegócio. União Europeia. China.

Abstract

Considering that international trade is an important tool for the provision and diversification of goods, and heating of the economies of the countries involved, this work aimed to understand and monitor the behavior of exports of Brazilian agricultural and agro-industrial products in the twenty-first century, especially those towards the European Union (EU). For this, data from the Ministry of Industry, Foreign Trade and Services (MDIC) were used, referring to Brazilian exports to its main trading partners, and from there the *shift-share* method was employed. The results showed that, between the period between 2000 and 2020, the European Union lost share in Brazilian exports, while Asia was the trading partner that absorbed most of these exports. The sustainability standards (or lack thereof) linked to the production process of Brazilian exported products, the loss of the Brazilian market to the Chinese market (related to EU purchases), and the structural transformation of China (which demanded increased imports of agricultural and livestock products) are factors that may be related to this result.

Key words: International trade. Export. Agribusiness. European union. China.

1. Introdução

O Comércio Internacional é uma ferramenta que possibilita diferentes países realizarem operações comerciais entre si, impactando assim no aquecimento da economia e até mesmo no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países envolvidos. A

importância da determinação de acordos comerciais ganhou notoriedade ainda no século passado, garantindo a provisão e diversificação de mercadorias entre os países. Uma das justificativas da ocorrência do comércio internacional são as vantagens comparativas: o país deve se especializar na produção de bens que ele melhor saiba produzir, ou seja, isso implica produzir itens que, comparativamente, tenham os menores custos de produção, e comprar no mercado internacional os demais itens que seus custos de produção sejam comparativamente mais elevados (GONTIJO, 2007).

No caso do Brasil, o setor que vem apresentando significativa participação na pauta de exportações é o agronegócio, contribuindo assim para geração de empregos e divisas para a balança comercial do país. Não obstante, o setor conquistou nos últimos anos aumentos significativos na produção e produtividade agropecuárias, tornando-se grande provedor de alimentos para o mundo todo. A modernização do setor produtivo agropecuário aconteceu simultaneamente à incorporação de algumas mudanças de comportamento pela sociedade, principalmente aquelas que diz respeito à conscientização do uso dos recursos naturais.

O mercado europeu possui histórico de significativa participação na pauta de exportações brasileiras. Desde a década de 1960, cerca de 30% da exportação brasileira foi destinada à União Europeia. Quanto ao setor agropecuário, no período entre 1999 e 2005, cerca de 44% das exportações do Brasil para a União Europeia foram provenientes de produtos do agronegócio (CARVALHO, 2008).

Em 1999 foram iniciadas as negociações acerca de um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul (organização intergovernamental que o Brasil é membro). Após quase duas décadas de debates, foi assinado, em meados de 2019, o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia, que propunha a concessão de algumas vantagens e incentivos aos países do Mercosul que exportam seus produtos para a União Europeia. Entre as exigências do Acordo, os países signatários se comprometeram a seguir as diretrizes estabelecidas pelo Acordo de Paris, que apontam a necessidade de se adotar processos produtivos sustentáveis (BRASIL, 2022).

Entretanto, apesar da existência do Acordo em questão, os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) apontam que, proporcionalmente, as exportações de produtos do agronegócio brasileiro sentido União Europeia vêm se reduzindo ao longo das últimas duas décadas, conforme mostram os números que serão apresentados ao longo do artigo. Tendo em vista o cenário descrito, nota-se a ausência de trabalhos que analisem a dinâmica das exportações brasileiras nas últimas décadas (especialmente para a União Europeia).

Assim, o objetivo deste artigo é avaliar como se deu o comportamento da pauta exportadora dos produtos agropecuários e agroindustriais brasileiros nas últimas décadas, buscando relacionar fatores que possam ter causado esse comportamento, principalmente as razões atreladas à redução das exportações direcionadas à União Europeia.

Para atingir o objetivo proposto, primeiramente será utilizada uma análise exploratória acerca do tema em questão. Também será empregado o modelo de análise *shift-share*, que propiciará o acompanhamento da evolução do *market-share* dos produtos agropecuários e agroindustriais brasileiros exportados ao longo das últimas décadas.

Este artigo está estruturado em sete seções: 1) esta introdução; 2) revisão de literatura, apresentando os principais trabalhos que trataram do assunto; 3) arcabouço metodológico; 4) discussão a respeito das recentes mudanças de padrões e a busca pela sustentabilidade; 5) descrição da evolução dos principais tratados comerciais e do Acordo de Livre Comércio entre União Europeia e Mercosul; 6) exposição dos resultados quantitativos, com a apresentação da evolução do *market share* dos produtos agropecuários brasileiros exportados

e os fatores que explicam essa evolução, e, por fim, 7) na última seção são apontadas algumas considerações obtidas ao final do desenvolvimento deste estudo.

2. Revisão de Literatura

A literatura apresenta algumas pesquisas que avaliaram as exportações brasileiras em determinados cenários, períodos e utilizando diferentes metodologias. Schunke e Azevedo (2016), simularam os efeitos de uma possível maior integração entre o Brasil e a União Europeia, e entre o Brasil e os BRICS, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável, os resultados apontaram que para ambos os cenários haveria aumento da produção e das exportações dos produtos primários produzidos no Brasil, levando à melhoria dos termos de troca e aumento do bem-estar (tanto para o Brasil como para o bloco europeu). Além disso, o trabalho identificou que o estreitamento das relações comerciais consideradas levaria a uma queda de cerca de 43% das exportações dos produtos primários para os BRICS, mas, por outro lado, haveria aumento de mais de 200% das exportações brasileiras do setor de tabaco e bebidas para a União Europeia, o que seria favorável para o Brasil.

O trabalho de Costa e Mendonça (2018) realizou uma análise comparativa da inserção setorial da economia brasileira e chinesa na União Europeia entre os anos de 2000 e 2015, de forma a verificar se uma possível mudança estrutural das exportações brasileiras para a UE se daria em função do crescimento chinês. Os resultados apontaram que o perfil de competitividade dos produtos oriundos da China e do Brasil, exportados para a União Europeia, não mudou ao longo do período analisado. Enquanto o Brasil apresentou vantagem comparativa em setores de baixa tecnologia e nos produtos não industrializados, a China se mostrou competitiva em setores de alta, média-baixa e baixa tecnologia.

O trabalho de Santos e Campos (2010) verificou o impacto de maiores fluxos comerciais no valor da produção dos Estados de Minas Gerais (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), por meio do método diferencial-estrutural (método *shift-share*), concluiu que, no período de 1999 a 2002, os estados de SP e RJ performaram alta competitividade no comércio com a União Europeia, enquanto o Estado de Minas Gerais não demonstrou vantagem competitiva, nem no comércio com a União Europeia, nem no comércio com os demais países.

O artigo de Bastos e Gomes (2011) analisou as alterações no padrão das exportações brasileiras entre os anos de 1997 e 2009, verificando se houve mudanças no fluxo das exportações e na composição da pauta exportada, por meio do método *shift-share*. Os resultados do trabalho apontaram que, em relação às regiões e blocos econômicos que importam produtos produzidos no Brasil, a União Europeia foi a principal parceira comercial do País no período analisado. Por outro lado, observou-se também a ascensão da China enquanto mercado de absorção de produtos brasileiros, sendo que os produtos de baixo valor agregado foram os que se mostraram mais competitivos.

Carvalho (2008) avaliou a caracterização das relações comerciais ocorridas entre o Brasil e a União Europeia no período de 1999 a 2005, apontou-se que, das exportações totais do Brasil para a União Europeia, cerca de 44,0% eram provenientes de produtos agropecuários. A autora destacou também que, nesse mesmo período, os produtos agropecuários exportados para a União Europeia representaram cerca de 46% do total exportado pela agropecuária brasileira, cujos principais produtos da pauta de exportação eram a soja, a carne e o açúcar.

Este artigo pretende contribuir para com a literatura existente à medida que, primeiramente, propõe traçar uma discussão a respeito dos impactos das transformações sociais e institucionais (decorrentes da maior busca pela sustentabilidade ambiental) nas

relações comerciais entre países e instituições; além de explorar o contexto do desenvolvimento de acordos comerciais internacionais. Ademais, o artigo se dispõe a expor um panorama atualizado das exportações brasileiras nas últimas duas décadas, apresentando o *market-share* das exportações de produtos do setor do agronegócio para seus principais mercados consumidores.

3. Arcabouço Metodológico

A presente pesquisa se classifica como aplicada quanto a sua finalidade, qualitativa quanto a sua abordagem, e inicia-se como uma pesquisa exploratória quanto ao seu objetivo, uma vez que a mesma desenvolve discussões baseadas em trabalhos da literatura existente, e passará a ser explicativa à medida que apresenta os *market share* das exportações brasileiras e em seguida analisa a dinâmica das variações.

Primeiramente, o artigo dialoga com trabalhos já desenvolvidos nesta temática para discutir sobre as transformações sociais e institucionais decorrentes da maior busca pela sustentabilidade ambiental e seus impactos nas relações comerciais (seção 4), e explora o contexto do desenvolvimento de acordos comerciais internacionais, principalmente o Acordo entre Mercosul e União Europeia (seção 5).

Como ressaltado por Miguel e Popadiuk (2014), a fase de análise de dados em pesquisas explicativas é de fundamental importância para que se possa interpretar todas as informações coletadas, bem como compreender sua importância para o contexto da pesquisa. Para avaliar a dinâmica das exportações de produtos oriundos do agronegócio realizadas pelo Brasil nas últimas décadas, foi analisado o *market-share* das exportações brasileiras e seus principais destinos (seção 6).

A fim de alcançar a compreensão de como se deu o processo da evolução das exportações brasileiras e ter conhecimento dos novos mercados internacionais consumidores dos produtos brasileiros, foi empregado o modelo de *shift-share*. No caso deste trabalho, o modelo *shift-share* permite identificar dois efeitos: a) o efeito escala (EE), que associa a variação do valor exportado para determinado mercado (bloco econômico ou país) em relação à variação total do valor exportado para todo o mundo; e (b) o efeito substituição, que captura a proporção da variação das exportações para um mercado específico e relaciona com a variação das exportações para os demais mercados; verificando, assim, se houve substituição das exportações, ou seja, se as mesmas deixaram de ser destinadas a um mercado e passaram a ser destinadas a outro.

Conforme apontado por Silva, Leão e Pasqualetto (2016), e adaptados os conceitos ao contexto desta pesquisa, a variação das exportações ocorridas num intervalo de tempo compreendido entre $t = 0$ e $t' = T$, para determinado mercado (como bloco econômico ou país), pode ser retratada por meio da equação 1:

$$Ac\ T - Ac\ 0 \quad (1)$$

A equação 1 pode ser escrita de outra maneira, tornando possível identificar o efeito escala e o efeito substituição. Observa-se a equação 2:

$$Ac\ T - Ac\ 0 = (\gamma\ Ac\ 0 - Ac\ 0) + (Ac\ T - \gamma\ Ac\ 0) \quad (2)$$

Em que:

$Ac\ 0$ = exportação para determinado mercado no tempo inicial da análise

$Ac\ T$ = exportação para determinado mercado no tempo final da análise

γ = variação da exportação total de todos os mercados (que pode ser positiva ou negativa), ocorrida entre o período inicial e final da análise.

Na equação 2, o efeito substituição pode ser representado por $(Ac T - \gamma Ac 0)$, enquanto o efeito escala pode ser representado por $(\gamma Ac 0 - Ac 0)$.

O método será aplicado para comparação das exportações do agronegócio realizadas para diferentes mercados em duas décadas: entre 2000 a 2010; e entre 2010 a 2020. Observando a dinâmica das exportações ocorridas durante esses 3 anos de amostra, será possível observar como se deu o processo de substituição das exportações entre os blocos econômicos.

Os dados empregados no modelo foram coletados no site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Primeiramente, foram coletados os dados de todos os produtos exportados nos anos 2000, 2010 e 2020. A escolha de se trabalhar com os dados para estes anos foi baseada na necessidade de que, entre cada período analisado, sejam considerados anos suficientes para capturar possíveis mudanças nos padrões de exportações. Neste caso, foi considerado o período de 10 anos para serem analisadas as alterações.

Posteriormente, por meio do *software* R, foram discriminados apenas os produtos que possuíam a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) referente ao agronegócio. Para apresentação dos resultados, os dados das exportações foram divididos entre os seguintes blocos econômicos: União Europeia; América Central; América do Sul; e Ásia (que são os principais mercados consumidores dos produtos brasileiros). O restante das exportações foi classificado como outros (referente ao que foi exportado para os demais países).

4. Mudanças de padrões e a busca pela sustentabilidade

As externalidades negativas decorrentes do atual estilo de desenvolvimento econômico podem influenciar na escassez de alguns recursos naturais e intensificação da mudança climática. Possíveis consequências desses processos são: desertificação, inundações, alteração do regime das chuvas e escassez de água e recursos em determinados locais. Quanto maior o grau de produção de forma insustentável, mais destrutivos serão os impactos futuros a serem enfrentados pela humanidade, inclusive efeitos nos ecossistemas e na biodiversidade, perdas na produção agrícola e retrocessos no desenvolvimento econômico mundial (MARENGO; SOUZA, 2018).

A busca pela sustentabilidade social, econômica e ambiental trouxe uma nova perspectiva mercadológica no comércio nacional e internacional, que passou a reconhecer a conservação dos recursos naturais como um fator fundamental. Como consequência dessas transformações sociais, governanças públicas e privadas passaram a incentivar a efetivação de acordos, protocolos, padrões e certificações transnacionais que garantissem a execução de práticas sustentáveis. Baseado em convenções internacionais, também houve propostas de políticas públicas com vistas à mitigação dos impactos da atividade agropecuária sobre o meio ambiente, almejando o desenvolvimento sustentável (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

O conceito de sustentabilidade abrange atender as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações atenderem às suas necessidades. Todavia, as questões ambientais têm endereçado agendas de políticas de âmbito internacional e, com isso, tem-se o aumento da pressão por um modelo de desenvolvimento que as incorpore. Nesse sentido, a manutenção do crescimento da agricultura brasileira em consonância com práticas de mitigação de impactos sobre os recursos naturais vem sendo um dos principais desafios para o desenvolvimento do Brasil. Se por um lado o desenvolvimento do agronegócio reflete o avanço da produtividade do setor, responsável pela manutenção e

crescimento da produção, por outro lado, a demanda externa por *commodities* agrícolas tem impulsionado uma nova expansão de fronteiras agrícolas (XAVIER, 2019).

Para eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, demanda-se adequação das etapas da cadeia do processo produtivo, desde o setor primário até o consumidor final. Na ótica da oferta, a produção sustentável busca atingir melhorias no desempenho ambiental durante o processo produtivo, em que as empresas, para se manterem competitivas e permanecerem no mercado, precisam fazer uso responsável dos recursos naturais e gerar ganhos sociais ao longo de sua cadeia de valor. Na ótica da demanda, o consumo sustentável propõe influenciar os consumidores a escolherem produtos cujo processo de produção minimize os impactos ambientais. Para isso, é necessário haver oferta de produtos social e ambientalmente preferíveis, por um preço competitivo (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

A pressão para que empresas produzam por meio de critérios mais rígidos de sustentabilidade passaram a vir de inúmeras instituições, como organizações internacionais, países importadores de bens produzidos pelos países e o mercado de forma geral, que cada vez mais cobram por boas práticas de produção. Uma vez que, quando novos consumidores buscam produtos sustentáveis, um número maior de fornecedores se especializa neste mercado, transformando o apelo ambiental em estratégia empresarial capaz de proporcionar vantagens competitivas (YAGASAKI; MARTINS, 2012).

5. Acordos internacionais e o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia

A importância da deliberação de acordos comerciais entre países ganhou notoriedade ainda no século XX, tendo como propósito a garantia da provisão e diversificação de mercadorias, além de atuar como instrumento de promoção do crescimento e desenvolvimento econômico. Um dos primeiros e mais importantes esforços para impulsionar o comércio entre as economias foi o estabelecimento do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, do inglês *General Agreement on Tariffs and Trade*), firmado em 1947. Tratou-se de um pacto comum entre países signatários que objetivavam a facilitação do comércio, ou seja, a determinação de regras que incentivassem o livre comércio e reduzissem as barreiras protecionistas. O GATT foi exitoso ao propiciar a expansão da integração comercial entre as nações, de modo que suas normas foram herdadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que a sucedeu em 1995.

A OMC busca promover práticas comerciais equitativas, gerenciar e estabelecer novos acordos multilaterais, além de supervisionar a aplicação das normativas que os regem. Dessa forma, as normas da Organização atuam como uma base jurídica comum para as relações comerciais entre Estados que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, por se entender que a fragilização do sistema multilateral de comércio pode resultar em acordos assimétricos, principalmente aos países menores, e mais suscetíveis a pressões por liberalização comercial unilateral (KEGEL; AMAL, 2013). Coíbe-se, assim, que níveis díspares de poder influenciem as relações comerciais internacionais.

Medidas como a Rodada de Doha para o Desenvolvimento, em 2001, e o Acordo de Facilitação de Comércio de Bali, em 2013, promovidas pela OMC, são exemplos de iniciativas que visam a liberalização e facilitação comercial. No primeiro caso, o Brasil defendeu a abertura de suas exportações agrícolas aos países ricos, com a justificativa de que existiam práticas desleais que distorciam os preços internacionais e atenuavam a competitividade de países em desenvolvimento. Logo, diante do possível favorecimento aos países mais pobres, o resultado dessas negociações representaria benefícios econômicos e

sociais aos mesmos, a partir da penetração de seus produtos agrícolas em mercados mais ricos (AZEVEDO, 2015).

Outro mecanismo capaz de impulsionar o ritmo de comercialização entre países é a estruturação de blocos econômicos, que são formados por países que estabelecem políticas comuns referentes aos relacionamentos recíprocos entre si ou mesmo entre diferentes blocos. No que se refere à participação do Brasil, tem-se a Associação Latino Americana de Integração (ALADI), criada em 1980 a partir do Tratado de Montevideu; e, com mais evidência, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), fundado a partir do Tratado de Assunção, ratificado em 1991 e em vigor desde 1995.

O Mercosul trata-se de uma iniciativa para integração regional da América Latina, objetivando a reaproximação e a colaboração entre os países da região. O bloco prevê a redução gradual das tarifas alfandegárias até a sua completa eliminação, criando assim uma zona de livre comércio. Desta forma, “o Mercosul torna-se o eixo estratégico da política externa brasileira para a promoção de melhores fluxos de comércio, da atração de investimentos, do equilíbrio entre seus vários parceiros comerciais” (SAVINI, 2001).

A União Europeia (UE), que se encontra em estágio de integração mais avançado, é um dos principais parceiros comerciais do Mercosul, ficando atrás apenas da China. As relações entre ambos os blocos datam desde 1992, por meio do Acordo de Cooperação Interinstitucional. As negociações acerca de um acordo de livre comércio entre os blocos, contudo, se iniciou em 1999. Após quase duas décadas de debates, foi assinado, em meados de 2019, o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia, com potencial de geração de importantes incrementos para as economias europeias e do Cone-Sul. Juntos, os blocos representam aproximadamente 25% da economia mundial e contam com 780 milhões de pessoas. Trata-se do acordo mais abrangente já negociado pelo Mercosul, que aborda aspectos tarifários, regulatórios, facilitação de comércio, barreiras técnicas e medidas fitossanitárias, dentre outros (BRASIL, 2019).

5. Resultados do modelo *shift-share*

Por meio dos dados do MDIC, é possível acompanhar a evolução das participações das exportações dos produtos oriundos do agronegócio brasileiro, para cada um dos mercados que são considerados os principais consumidores do Brasil.

Como pode ser visualizado na Figura 1, que aponta a evolução dos valores absolutos das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro (em milhões de dólares), nota-se alteração quanto aos destinos dos produtos exportados ao longo das duas décadas analisadas. Se comparadas as exportações do ano 2000 com as exportações do ano 2020, observa-se um aumento dos valores absolutos das exportações para todos os parceiros comerciais, embora a Ásia visualmente se destaque como parceiro em que aconteceu o maior aumento. Entre os anos de 2010 e 2020, houve redução em valores absolutos das exportações brasileiras para a União Europeia, América do Sul e outros países, enquanto neste mesmo período houve aumento das exportações brasileiras para a América Central e Ásia.

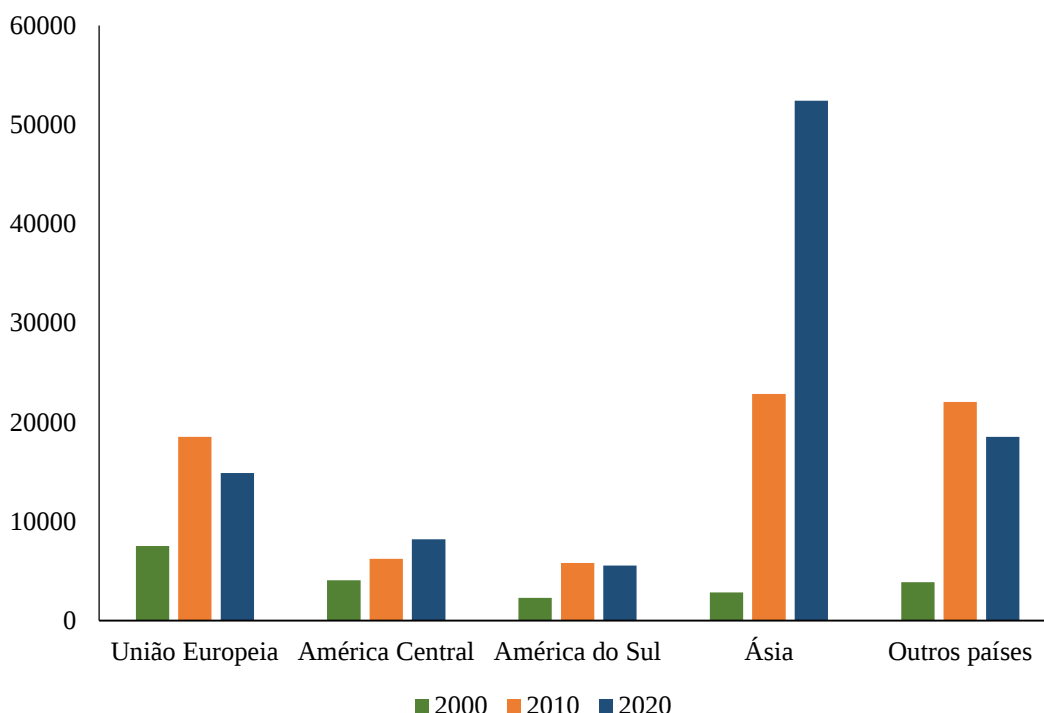


Figura 1 – Evolução do valor absoluto (em milhões de dólares) das exportações de produtos do agronegócio brasileiro

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2022)

A Figura 2, que mostra a evolução da participação das exportações brasileiras do agronegócio, aponta que a União Europeia, bloco econômico que foi responsável pela compra de mais de 36% dos produtos do agronegócio brasileiro no ano 2000, demonstrou queda dessa participação ao longo dos anos, e chegou em 2020 importando apenas cerca de 15% destes mesmos produtos. Por outro lado, a Ásia se destacou como principal mercado que absorveu as exportações analisadas. Enquanto no ano de 2000 o continente foi responsável pela compra de cerca de 13% dos produtos exportados oriundos do agronegócio brasileiro, essa participação aumentou para mais de 52% no ano de 2020.

Os produtos brasileiros analisados que foram exportados para a América do Norte representaram quase 20% das exportações totais destes mesmos produtos no ano 2000. Ao fim do período analisado (no ano de 2020) esta participação reduziu para 8,21%. Esta queda no percentual das exportações aconteceu também para a América do Sul, que apresentou em 2020 uma participação de cerca de 11% nas exportações brasileiras totais de produtos do agronegócio, enquanto no ano de 2020 esta participação foi de 5,56%.



Figura 2 – Evolução das participações nas exportações de produtos do agronegócio brasileiro, por parceiros comerciais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2022)

Ainda observando a Figura 2, as exportações residuais (referentes aos demais países que não se enquadram nos quatro mercados consumidores já abordados) apresentaram estabilidade, quando observados o início e o final do período analisado. No ano 2000, a participação das exportações para esses outros países frente às exportações totais foi de 18,82%, enquanto no ano de 2020 foi de 18,62%. Vale ressaltar que a participação das exportações para os outros países, no ano de 2010, foi de cerca de 29%, mas dez anos depois esta participação se estabilizou nos mesmos níveis da participação do início do período analisado.

Avaliando a evolução das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro por meio do método *shift-share* entre o período de 2000 e 2010 (ver Tabela 1), o efeito escala apresentou significativa expansão: neste período de tempo analisado (de dez anos), observou-se incremento das exportações totais de US\$ 54.839,36 milhões de dólares, o que representou um aumento de 267,08% do valor exportado.

Tabela 1 - Efeitos escala e substituição das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro no período de 2000 a 2010 (em milhões de dólares)

Parceiros comerciais	Valor exportado em 2000 (US\$)	Valor exportado em 2010 (US\$)	Variação (US\$)	Variação (%)	Efeito escala (US\$)	Efeito Substituição (US\$)
União Europeia	7.491,60	18.507,30	11.015,70	147,04	20.008,65	-8.992,95
América do Norte	4.061,23	6.214,38	2.153,15	53,02	10.846,77	-8.693,62
América do Sul	2.290,77	5.801,09	3.510,33	153,24	6.118,20	-2.607,88
Ásia	2.824,17	22.828,87	20.004,69	708,34	7.542,83	12.461,86
Outros países	3.865,08	22.020,57	18.155,49	469,73	10.322,90	7.832,59
Total	20.532,85	75.372,20	54.839,36	267,08	54.839,36	0,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2022)

Ainda examinando a Tabela 1, observa-se que, embora todos os parceiros comerciais analisados tiveram aumento no valor absoluto das exportações nesse período, o efeito substituição foi negativo para a União Europeia, a América do Norte e a América do Sul. Isso significa que, ainda que tenha existido um aumento das exportações para estes parceiros comerciais, ainda assim, proporcionalmente, este aumento não acompanhou o aumento das exportações totais do período. Por outro lado, a Ásia e os outros países, que apresentaram efeito substituição positivo, tiveram aumento das exportações proporcionalmente superior ao aumento das exportações totais do período.

A Tabela 2 apresenta a intensidade das exportações incorporadas (ou cedidas) para cada um dos parceiros comerciais analisados no período em destaque. De forma geral, observa-se que as exportações cedidas pela União Europeia, América do Norte e América do Sul tiveram a maior parcela incorporada pela Ásia, que foi o parceiro comercial que apresentou maior crescimento das exportações brasileiras entre 2000 e 2010. Uma outra parcela (ainda que menor) dessas exportações cedidas foi incorporada pelos outros países que possuíam relações comerciais com o Brasil.

Tabela 2 – Parceiros comerciais que cederam ou incorporaram exportações do agronegócio brasileiro entre o período de 2000 e 2010 (em milhões de dólares)

Parceiros comerciais que cederam exportações 2000 – 2010 (US\$)	Parceiros comerciais que incorporaram exportações 2000 – 2010 (US\$)		
	Ásia	Outros países	Total
União Europeia	5522,14	3470,80	8992,95
América do Norte	5338,34	3355,28	8693,62
América do Sul	1601,37	1006,50	2607,88
TOTAL	12461,86	7832,59	20294,45

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2022)

A Tabela 3 expõe os dados das exportações do agronegócio brasileiro entre o período de 2010 e 2020. Observa-se novamente a presença do efeito escala, embora menor do que o do período de 2000 a 2010. Entre os anos de 2010 e 2020, as exportações totais dos produtos analisados foram incrementadas em 24.128,71 milhões de dólares, o equivalente a um aumento de 32,01%. Quando observadas as variações das exportações em valores absolutos nesse período, nota-se redução para a os seguintes parceiros comerciais: União Europeia, América do Sul e outros países. Já a América do Norte e a Ásia apresentaram variação positiva para os valores absolutos das exportações nestes dez anos analisados.

A Tabela 3 mostra ainda que o efeito substituição das exportações do agronegócio brasileiro para os anos entre 2010 e 2020 foi negativo para todos os parceiros comerciais, com exceção da Ásia. Este resultado aponta que as variações das exportações nesse período para a União Europeia, América do Norte, América do Sul e outros países não acompanharam, proporcionalmente, o aumento das exportações totais ocorridas nesse mesmo período. O único parceiro comercial cujas exportações para ele acompanharam esse aumento da exportação total (e inclusive teve taxa de crescimento das exportações superior a ela) foi a Ásia, que apresentou efeito substituição com sinal positivo.

Tabela 3 - Efeitos escala e substituição das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro no período de 2010 a 2020

Parceiros comerciais	Valor exportado em 2010 (US\$)	Valor exportado em 2020 (US\$)	Variação (US\$)	Variação (%)	Efeito escala (US\$)	Efeito Substituição (US\$)
União Europeia	18.507,30	14.867,11	-3.640,18	-19,67	5.924,69	-9.564,88
América do Norte	6.214,38	8.171,48	1.957,10	31,49	1.989,39	-32,29
América do Sul	5.801,09	5.531,84	-269,25	-4,64	1.857,09	-2.126,34
Ásia	22.828,87	52.403,70	29.574,83	129,55	7.308,15	22.266,68
Outros países	22.020,57	18.526,78	-3.493,79	-15,87	7.049,39	-10.543,18
Total	75.372,20	99.500,91	24.128,71	32,01	24.128,71	0,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2022)

A Tabela 4 apresenta a intensidade das exportações incorporadas (ou cedidas) para cada um dos parceiros comerciais analisados entre os anos de 2010 e 2020. A União Europeia, a América do Norte, a América do Sul e os demais países cederam exportações nesse período, sendo que a Ásia foi o único parceiro comercial analisado que absorveu todas essas exportações cedidas, se consagrando, desta forma, como o principal parceiro comercial brasileiro no ano de 2020.

Tabela 4 - Parceiros comerciais que cederam ou incorporaram exportações do agronegócio brasileiro entre o período de 2010 e 2020

Parceiros comerciais que cederam exportações 2010 – 2020 (US\$)	Parceiro comercial que incorporou exportações 2010 – 2020 (US\$)	
	Ásia	TOTAL
União Europeia	9564,88	9564,88
América do Norte	32,29	32,29
América do Sul	2126,34	2126,34
Outros países	10543,18	10543,18
TOTAL	22266,68	22266,68

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2022)

Os dados das Tabelas 1, 2, 3 e 4 possibilitam trazer algumas observações gerais a respeito do comportamento das exportações brasileiras de produtos do agronegócio entre os anos de 2000 e 2020. Primeiramente, nota-se perda da importância da União Europeia enquanto parceira comercial do Brasil, uma vez que a parcela das exportações brasileiras sentido aquele bloco econômico apresentou queda significativa no período analisado. Por outro lado, a Ásia foi o grande parceiro comercial que absorveu a maior parcela das exportações brasileiras nesse período. Junto dos apontamentos de outros trabalhos na temática, é possível contextualizar estes resultados.



O principal país comprador de produtos brasileiros que compõe o bloco asiático é a China. Os resultados do trabalho de Bastos e Gomes (2011) já apontavam a ascensão da China como principal mercado de absorção dos produtos brasileiros entre 1997 e 2009. Neste período, houve aumento tanto da quantidade de produtos brasileiros exportados para a China, quanto para a elevação dos preços destes mesmos produtos.

Como ressaltado por Medeiros e Cintra (2015), as relações comerciais entre China os países da América Latina (como o Brasil), intensificaram-se a partir de 2002, ano em que a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC). A ascensão da economia chinesa exigiu o relaxamento de restrições de compras externas, passando a demandar bens dos países latino-americanos produtores de alimentos, minério e energia.

Vale lembrar também que a rápida transformação estrutural da China, que passou de uma sociedade rural para uma economia de base urbano-industrial, demandou mudanças na política de autossuficiência alimentar do País, forçando-a a implementar a abertura comercial, especialmente para que pudesse haver importações de produtos agrícolas. Desta forma, nas últimas duas décadas (a partir dos anos 2000), o Brasil se tornou o principal fornecedor de produtos agrícolas para a China – processo que acelerou as transformações tecnológicas e fortaleceu a competitividade do agronegócio brasileiro (VIEIRA; BUAINAN; FIGUEIRO, 2016).

Hiratuka e Sarti (2016) também mencionam que o crescimento acelerado da China afetou duplamente o Brasil, tanto enquanto demandante de *commodities*, assim como grande produtora de produtos manufaturados. Assim, a China passou a cada vez mais demandar *commodities* agrícolas e minerais brasileiras, enquanto o Brasil aumentou as importações de produtos chineses manufaturados. Portanto, estes fatores podem servir como base para contextualizar o significativo crescimento das exportações brasileiras para Ásia, conforme apontado pelos resultados deste trabalho.

Quanto à redução da importância das exportações brasileiras para a União Europeia, vale ressaltar que, durante este mesmo período analisado, o bloco passou por um processo de mudanças na sua rota comercial, sendo que a China se tornou o principal país provedor dos produtos que a União Europeia importava.

De acordo com o Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT, 2022), tanto as exportações como as importações entre União Europeia e China aumentaram entre o período de 2011 e 2021, sendo que 2021 foi o ano que ocorreram os maiores números dessa parceria: tanto dos valores de produtos exportados da UE para a China, quanto dos valores de produtos importados da UE provenientes da China.

Entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021, as importações da UE provenientes da China aumentaram 55,2%, enquanto as importações da EU de outros países aumentaram apenas em 18,6 %. Neste mesmo ano, as exportações da UE para a China aumentaram 9,9 %, enquanto as exportações da UE para os demais países aumentaram apenas 4,4% (EUROSTAT, 2022). Estes números podem indicar que a redução das exportações brasileiras para UE pode ter sido absorvida pela China.

Outro ponto a ser levantado são as regras acerca do Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia. Entre as exigências do acordo, os países signatários se comprometeram a seguir as diretrizes estabelecidas pelo Acordo de Paris, que orienta a promover a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE), gerados pela queima de combustíveis fósseis e madeira, como forma de contribuir para com as metas mundiais de contenção das mudanças climáticas (BRASIL, 2022).

Entretanto, a ratificação do Acordo de Livre Comércio pode estar ameaçada por tensões políticas entre representantes dos países signatários e pela pressão de organizações ambientais e de direitos humanos. Uma das principais críticas refere-se à condução da agenda

ambiental levada a cabo pelas autoridades brasileiras, em especial, no que se refere ao controle de queimadas da Floresta Amazônica e à exploração econômica da floresta por empresas mineradoras (BRASIL, 2022). Não obstante, a possibilidade de boicotes a produtos e bens comerciáveis brasileiros tem sido considerada por empresas e associações globais em razão da postura do atual Governo Federal, que estaria contribuindo para com produções não sustentáveis em termos ambientais, com o aumento da taxa de incêndios florestais e com o desmatamento de florestas e matas¹.

Percebe-se também uma articulação política com vistas ao aumento da exploração econômica e legalização do garimpo, como sugere a Medida Provisória 910 de 2019, a qual prevê a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; e o Decreto da Garantia da Lei e da Ordem, que prevê a atuação de militares no combate a queimadas, alocando órgãos de atuação no combate ao desmatamento – como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – sob o comando do Exército.

Em vista da importância que tem sido gradativa e paulatinamente atribuída ao desenvolvimento sustentável, o desmonte institucional da política brasileira na área ambiental também pode representar perdas em termos de fluxo comercial com parceiros comerciais. Por exemplo, desde a assinatura do Tratado, algumas tensões pontuais indicavam os muitos desafios que seriam enfrentados ao longo das tratativas para a sua ratificação. Alguns representantes de países membros da UE expressavam insatisfações com as condições do pacto, tendo como principal justificativa a ausência de proteção à Amazônia e de combate ao desmatamento ilegal. Ainda que tais manifestações não implicassem em uma suspensão do Tratado, as mesmas sinalizavam pontos que se colocaram como barreiras para a conclusão do Acordo. Por fim, em junho de 2020, a Holanda outorgou oficialmente uma moção contra a ratificação (BRASIL, 2022b). Com isso, a garantia do acesso às vantagens da exportação dos países membros do Mercosul a um grande mercado, como o da EU, pode não se verificar na prática, não ao menos no curto prazo.

Apesar da perda da importância da União Europeia nas exportações brasileiras nesses últimos 20 anos, ainda assim, o bloco é o segundo maior mercado do agronegócio brasileiro, perdendo apenas para a China. A ampliação dessa pauta já existente poderia possibilitar a relação comercial Brasil - UE se tornar grande incentivadora de promissores rumos para o desenvolvimento interno, e, até mesmo, tornar a UE o principal parceiro comercial brasileiro (TÁVORA, 2019).

A inserção de produtos brasileiros no mercado europeu representaria significativa oportunidade para aumento da exportação de produtos brasileiros e integração às cadeias globais de valor, impactando em maior competitividade dos setores produtivos nacionais (THORSTENSEN, 2013).

Além de manter a força das commodities para exportação, o processo de especialização e diversificação da produção agropecuária interna, junto da ampliação dos destinos das exportações são formas de elevar a competitividade de produtos com baixa participação de mercado, investir mais na negociação de acordos comerciais e na abertura de novos mercados, e atrair investimentos e empresas inovadoras para o Brasil (TÁVORA, 2019).

¹ Como exemplo dos boicotes, pode-se citar empresas internacionais do ramo alimentício (McDonalds, Burger King, Nando's) e do varejo (Tesco) que, atendendo a pedido do Greenpeace, suspenderam aquisições de carnes brasileiras como boicote à conduta das autoridades frente às queimadas da Floresta Amazônica. Ver: <<https://www.greenpeace.org.uk/resources/winging-it-chicken-soya-climate-change/>>.

6. Considerações finais

A prática do comércio internacional possibilita a provisão e diversificação de mercadorias, impactando no aquecimento da economia e até mesmo no aumento do PIB dos países envolvidos. Como o setor do agronegócio vem apresentando significativo aumento da participação na pauta de exportações brasileiras, o presente trabalho realizou uma análise acerca do comportamento das exportações de produtos agropecuários e agroindustriais brasileiros nas últimas duas décadas.

A modernização do setor produtivo aconteceu simultaneamente à incorporação de algumas mudanças de comportamento pela sociedade, principalmente aquelas que dizem respeito à conscientização do uso de recursos naturais. A busca pela sustentabilidade social, econômica e ambiental trouxe uma nova perspectiva mercadológica no comércio nacional e internacional, que passou a reconhecer a conservação dos recursos naturais como um fator fundamental. Como consequência dessas transformações sociais, governanças públicas ou privadas passaram a incentivar a efetivação de acordos, protocolos, padrões e certificações transnacionais que garantissem a execução de práticas sustentáveis.

Um mecanismo capaz de impulsionar o ritmo de comercialização entre países é a estruturação de blocos econômicos, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia. As negociações acerca de um acordo de livre comércio entre os dois blocos se iniciaram em 1999, mas somente depois de duas décadas de debates, foi assinado, em meados de 2019, o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia, com potencial de geração de importantes incrementos para as economias dos países envolvidos.

Os resultados do modelo *shift-share* demonstraram que, entre os anos de 2000 e 2020, a União Europeia perdeu importância na participação da pauta exportadora do agronegócio brasileiro, enquanto o bloco asiático (impulsionado principalmente pela China) apresentou crescente aumento dessa importância. Tanto para o período de 2000 a 2010, como para o período de 2010 a 2020, o modelo empregado apresentou presença do efeito escala e do efeito substituição, sendo que, em ambos os períodos, a Ásia foi o grande bloco que absorveu as exportações cedidas pelos demais parceiros comerciais.

O aumento da demanda chinesa por produtos agropecuários (decorrente da necessidade causada pela rápida transformação estrutural do País); a perda do mercado brasileiro para o mercado chinês (referente às compras da UE); e a exigência europeia por padrões de sustentabilidade do processo produtivo dos produtos brasileiros exportados são fatores que podem estar relacionados aos resultados encontrados na pesquisa.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, R. A OMC aos 20 anos. Boletim Meridiano 47: Brasília, v. 16, n. 150, p. 10-13, jul./ago. 2015.

BASTOS, A. S. Q.; GOMES, J. E. (2011). **Modificações na estrutura das exportações brasileiras: análise diferencial-estrutural para o período de 1997 a 2009**. Revista HEERA, 111-132.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE (2019). **Acordo de Associação Mercosul – União Europeia**. Resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro, 4 jul. 2019.



BRASIL. Acordo Mercosul-UE deve baratear produtos, mas forçar eficiência e produtividade. (2022). Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/08/acordo-mercossul-ue-deve-baratear-produtos-mas-forcar-eficiencia-e-produtividade>. Acesso em: outubro/2022.

BRASIL - SENADO FEDERAL. (2022b). Risco de desmatamento faz Holanda rejeitar acordo Mercosul-EU. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/06/08/parlamento-holandes-rejeita-acordo-uniao-europeia-mercossul-por-risco-de-desmatamento-na-amazonia>. Acesso em: outubro/2022.

CARVALHO, F. M. A. (2008). **RELACIONES ECONÓMICAS UNIÓN EUROPEA/BRASIL.** Perspectivas Em Políticas Públicas, 1(2), 37–54. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/973>.

COSTA, F. K. S.; MENDONÇA, T. G. (2019). **Inserção setorial da economia brasileira e chinesa na União Europeia, 2000 a 2015.** A Economia Em Revista - AERE, 26(1), 1-12. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/50194>.

EUROSTAT - The statistical office of the European Union. (2022). China - EU - international trade in goods statistics. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=China-EU_-_international_trade_in_goods_statistics#EU-China_most_traded_goods. Acesso em: outubro/2022.

GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. Rev. Econ. Polit. vol.27 no.3 São Paulo July/Sept. 2007.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. (2016). Relações Econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. Revista Tempo do mundo, rtm, v. 2, n. 1. jan. 2016.

KEGEL, P.L.; AMAL M. (2016). **Perspectivas das negociações entre o Mercosul e a União Europeia em um contexto de paralisia do sistema multilateral e da nova geografia econômica global.** Rev. Econ. Polit. Vol.33 no.2. São Paulo Apr./June 2013.

MARENGO J.A.; SOUZA C. **Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia.** São Paulo, dezembro de 2018.

MEDEIROS, C.A.; CINTRA, M.R.V.P. **Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos.** Revista de Economia Política, vol. 35, nº 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Exportação e Importação Geral.** Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: outubro de 2022.

MIGUEL, L.A.P; POPADIUK, S. **Integrando metodologias na análise de dados sob o paradigma interacionista simbólico: um caso prático.** Cad. EBAPE.BR, vol.12 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2014.

SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOISÉS, S. (2014) **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, V.F.; CAMPOS, A.C. (2010). **Análise dos efeitos dos fluxos de comércio na produção industrial dos Estados de MG, SP e RJ no período 1999 a 2006.** Pesquisa & Debate, SP, volume 21, número 1 (37) pp. 51-67, 2010.

SAVINI, M. (2001). **As negociações comerciais entre Mercosul e União Européia.** Revista Brasileira de Política Internacional, 44, 109-125.

SCHUNKE, J. C.; AZEVEDO, A. F. Z. (2016). **Análise da integração do Brasil - União Europeia-BRICS através de um modelo de equilíbrio geral.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/148>. Acesso em: 6 out. 2022.

SILVA, L. I. D.; LEÃO, C.; PASQUALETTO, A. (2016). **Área de ocupação da cana-de-açúcar no estado de Goiás e o efeito substituição em relação a outras culturas de abastecimento alimentar (2003-2012).** Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos 1 (1), 21-35.

TÁVORA, F.L. **Acordo Mercosul-União Europeia: riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro.** Brasília. Dezembro de 2019.

THORSTENSEN, V; RAMOS, D.; NOGUEIRA, T.; GIANESSELLA, F. (2013). **Brasil e União Europeia na OMC: relações econômicas, disputas comerciais, crise financeira e câmbio.** FGV EESP - CCGI - Papers [38]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16367/KAS%20%28VF%29-%20UE-Brasil-09-03-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: out. 2022.

VIEIRA, P. A.; BUAINAIN, A. M.; FIGUEIREDO, E. V. C. (2016). **O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?.** Revista Tempo do Mundo, 2(1), 51-81.

XAVIER, G.L. **MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva.** Revista Franco-Brasileira de Geografia, num. 39, 2019.

YAGASAKI C.A.; MARTINS R.A. Sustentabilidade como uma estratégia empresarial. **XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de